

Bendito eixo no bendito caos

ou: em busca de um critério para o caos-de-critérios atual

Ralf Rickli
rr@tropis.org

1. A esterilidade do excesso 1
2. O objetivo secreto de todos e o bendito caos 1
3. Deuses ou grãos de pó 2
4. Tentando não ser neurótico sem voltar para a caverna 3
5. Nossa liberdade de baratas e a participação inevitável 4
6. Critérios para o critério-dos-critérios 5

1. A esterilidade do excesso

Meu caro João,

saiba que não estranho nem um pouco seu ceticismo frente à minha última mensagem!¹

Você andava folheando publicações recentes, e dizia não ver surgir nenhum rumo novo, ou idéia que realmente possa fazer diferença, nesses eventos que pretendem debater a situação atual do Brasil e do mundo.

Eu concordei, acrescentando que, no meu ver, isso se deve ao esgotamento das possibilidades oferecidas por *todos* os quadros teóricos nos quais as pessoas, percebendo ou não, continuam se baseando na hora de analisar a realidade e de propor alguma coisa - não importa se ditos de esquerda, direita, centro, libertários etc.

Mas eu disse mais: me atrevi a declarar que é *nisso* que me vejo trabalhando: mais que na elaboração de propostas, na elaboração de um novo sistema de referência para as propostas do futuro.

E aí... você nem precisaria ter insinuado que isso soa tremendamente pretensioso: eu sou o primeiro a reconhecer!

Só que não por isso pretendo abrir mão do *direito de tentar*, de que me considero detentor pelo mero fato de ser humano (e não me venha dizer que suas dúvidas são justamente quanto a isso...)

Mas você também disse o seguinte (quero transcrever com destaque):

“Não acho que seja de um novo sistema que isso depende, pois hoje a quantidade de sistemas em circulação já é tão grande, que o tempo de vida de uma pessoa não basta nem para tomar conhecimento da existência de todos. O seu sistema vai ser só mais um ruído nesse pandemônio. Nem percebido vai ser! Muito menos conseguiria mudar alguma coisa...”

Perfeito! Concordo inteiramente com o seu diagnóstico da situação! Por isso o sistema de referência que busco não pode ser meramente mais um: temos realmente excesso de critérios em circulação, e nenhum critério para lidar com tantos critérios - pelo menos nenhum com a clareza e consistência necessárias.

Retifico portanto a caracterização do meu empreendimento, e você verá que a pretensão é ainda maior do que já parecia: o objeto central não são as propostas concretas, nem um sistema melhor entre os sistemas que dão base a propostas concretas, e sim um sistema de referência *para os sistemas* que dão base a propostas concretas.

Ou: não uma coisa, nem um critério para as coisas, mas um critério para os critérios das coisas.

2. O objetivo secreto de todos e o bendito caos

Agora você me acusa de querer ser ditador... Impor o que pode ser dito e pensado e o que não pode... Pois saiba que com isso você chegou precisamente na razão principal do trabalho!

¹ Embora alguns dos pontos a seguir tenham aparecido em algumas trocas de mensagens reais com amigos, trata-se aqui de um recurso puramente ficcional; tanto as mensagens do meu amigo referidas quanto as minhas anteriores são imaginárias, mero recurso para auxiliar a exposição.

Não, não que você tenha descoberto o *meu* propósito secreto: ser ditador do mundo... Na verdade você descobriu o propósito secreto de *todo* ser humano: afinal, no fundo no fundo quem não gostaria de poder impor que o mundo fosse do melhor jeito possível *para si*?

E justo com isso você tocou na razão que torna relevante a busca a que me dedico, realmente *necessária* para a humanidade, e não um passatempo intelectual qualquer.

Pois quando digo que há excesso de propostas por aí, o que *menos* me preocupa é a ineficiência e confusão que esse excesso causa.

O que realmente me preocupa é que no meio dessa abundância existem idéias que pretendem restringir a abundância; pontos-de-vista que apregoam que são suficientes para tudo, e que portanto o bem está em excluir os outros pontos-de-vista, em fazê-los desaparecer (pois se a idéia “x” é totalmente certa e suficiente, outra idéia só pode ser erro e descaminho).

Me refiro com isso a todo tipo de atitude dogmática, fundamentalista ou totalitária, seja em forma religiosa, política, científica, o que for - e você vê então que o sistema-dos-sistemas que busco poderia ser qualquer coisa menos dogmático; ao contrário:

... o que busco é um critério para nos defendermos de totalitarismos e dogmas, que seja simples e eficiente o bastante para ter chance de conquistar o consenso da humanidade.

Pois o dogmático *nunca* se reconhece como opressor; geralmente nem aceita a qualificação de dogmático! Ele se vê como um libertador, um benfeitor da humanidade.

Hitler acreditava *sinceramente* que era um benfeitor, e também os inquisidores que punham na fogueira quem tivesse dúvidas quanto à virgindade da mãe de Jesus. Do mesmo modo os macarthistas que perseguiam “comunistas” nos EUA, e os stalinistas que perseguiam “inimigos do comunismo” do outro lado - sem falar dos médicos que mandavam amarrar adolescentes com cordas para que não conseguissem tocar o sexo e extrair disso prazeres que eles *sinceramente acreditavam* que fossem mortalmente destrutivos para o corpo e para a psique.

Por isso, se hoje temos tantas alternativas diferentes para pensar a mesma coisa que parecemos mergulhados no caos, só posso dizer: **bendito caos!** Como sou grato por viver em meio a esse caos, e não com medo de ser preso pelos representantes de uma ordem que se considera a única aceitável, porque a mais perfeita possível!

Esse caos, afinal, também tem o nome de *liberdade*.²

3. Deuses ou grãos de pó

Desta vez recebo *duas* mensagens diferentes em resposta.

O João, a quem eu vinha respondendo, me diz que agora é que não entende nada mesmo... Pois (diz ele), se eu gosto do caos, então bastaria não intervir, não propor critério nenhum...

Já o Paulo diz que tem que ter alguma ordem “se não vira bagunça”, e que liberdade só é aceitável se não for sinônimo de bagunça, pois sem ordem nem chegaríamos a ter saído das cavernas.

Meu primeiro pensamento é que essa mera diversidade de reações ao que eu havia dito já é um exemplo de o quanto nosso assunto é importante: o quanto está presente e entranhado na vida cotidiana a ponto de pensarmos nele como “natural” ou “sem importância” (“*é assim, não é?*”) ...

... sem notarmos que a maior parte dos problemas da humanidade se enraíza nisso: no fato de que **os seres humanos têm uma diversidade de modos-de-ser e de reagir muito maior que a de qualquer animal, e de que ainda não sabemos lidar com isso.**

A não-concordância do outro comigo (em qualquer sentido) me *desautoriza*; mesmo se quase sempre de modo subconsciente, a regra é sentir que essa não-concordância reduz o controle sobre a vida que tento desesperadamente acreditar que tenho, e que portanto *a mera existência* do outro como discordante me rebaixasse *como ser* - do deus que eu tanto quero ser (ou seja: de *um Ser com controle sobre as circunstâncias*) a somente mais um bicho rosnando pelo mesmo osso, ou quem sabe *dust in the wind*, apenas mais um grão de pó levado pelo vento.

Que fazer, se não tentar fazê-lo mudar imediatamente de jeito ou de opinião para concordar comigo - *submetê-lo*, tornando-se assim não ameaça e sim reforço à minha auto-estima e *existência*?

E se ele não muda - seja porque não quer (opinião, costumes) ou porque, querendo ou não, é impossível mesmo (características físicas) -, que fazer senão *suprimi-lo*? Fazê-lo desaparecer do meu horizonte?

Simples, não? Mas o pior é que ele é tão burro que não percebe que *eu* é que sou “eu” e que ele é o outro, ele pensa em si mesmo como “eu” e - absurdo dos absurdos - imagina que eu sou “o outro”! E mais: suspeito que por esse engano ele se ache tão no direito quanto eu de pôr em prática esse mesmo plano... E então...

... agora é ver quem saca primeiro.

² É justamente à manifestação desse caos no universo das teorias que se refere a que me parece ser a idéia mais importante das filosofias da pós-modernidade: a idéia da

“falência das grandes narrativas”, proposta por Jean-François Lyotard. Dizemos mais algumas palavras sobre isso no início de *Liberdade Socialmente Sustentável*, www.tropis.org/biblioteca/libsocsus.pdf

Há diferença entre uma briga familiar ou de vizinhos e os atos de um Hitler ou Stálin, quando vistos assim? De escala certamente há, de natureza eu não vejo.

Não será então um assunto prioritário para a reflexão sistemática - ou *filosofia* -, e sobretudo para uma que busque caminhos para o enfrentamento prático da questão no cotidiano?

4. Tentando não ser neurótico sem voltar para a caverna

Mas quero voltar às mensagens de vocês, começando pela do Paulo, que me diz que sem ordem não teríamos nem saído das cavernas.

Já essa posição, Paulo, alguns chamariam de conservadora (porque ordem só é ordem se tenta preservar-se, restringindo as possibilidades de mudança) e outros de progressista (“porque foi a que nos permitiu progredir para além das cavernas, dos oceanos, da gravidade terrestre...”)

(Aliás, filosoficamente poucas coisas podem ser tão bobas, tão ocas, como definir sua própria posição como “progressista”! É óbvio que o outro acha que o progressista é ele...)

Rótulos à parte, essa preferência pela ordem - a ponto de abrir mão da liberdade devido ao risco de que ela signifique “bagunça” - costuma ser a mais comum justamente no campo do chamado senso-comum...

... mas também Freud, o fundador da psicanálise, levou água para esse moinho, com sua teoria de que a civilização só é possível graças a uma perene repressão dos instintos. E enquanto essa posição é expressa assim de modo geral, “no atacado”, também eu não tenho como discordar.

Mas quando começamos a olhá-la essa posição mais de perto surgem inevitavelmente diversas questões. É preciso alguma ordem? *Sim*. Mas então: *quê* ordem? E definida *por quem*?

Afinal, como eu já disse de diferentes modos nas mensagens anteriores, quase todos acham que sabem o que é o bom e o certo para todo mundo e, como acham que sabem, se consideram mais ou menos no direito de exigir ou impor a realização desse certo - quando na verdade *nenhum* ser humano sabe de fato o que é o bom e o certo para todos!

Quem está apto, então, a definir qual é essa ordem? Um ou muitos? Se muitos, quais? Escolhidos por quem e com *quê* critérios? Ou devem ser todos? Mas de *quê* forma?...

A humanidade está longe de ter encontrado resposta satisfatória para qualquer uma dessas perguntas, quanto mais a todas.³ Não é de es-

tranhar, portanto, que a ordem social dificilmente seja vivenciada como satisfatória pela maior parte dos indivíduos...

... pois significa estarmos sempre submetidos a *vontades de outros* - mesmo quando essas vontades alheias já foram assimiladas à nossa própria psique, vivendo dentro dela *como se fossem nossas*, porém em perene conflito com nossos próprios desejos e instintos, ou seja: num permanente estado de neurose.

Freud considerava inevitável que todo civilizado fosse um neurótico... porém, ao contrário do que alguns pensam sem conhecê-lo de fato, *não* queria destruir nem abalar a civilização; conformou-se com um “mal-estar da civilização” contra o qual não haveria nada a fazer.

Já Herbert MARCUSE retomou as mesmas idéias, porém acreditava ser possível descobrir qual seria o mínimo indispensável de repressão, e descartar a parte da repressão que é excessiva porque não realmente necessária à civilização (a *mais-repressão*), aproximando-se assim de um balanço ótimo (isto é: o melhor possível) entre as vontades do indivíduos e as necessidades da sociedade que formam.⁴

E é aqui, na hora de pôr a repressão à prova, decidindo o que descartar e o que justificar, que entramos dizendo “Sim, mas com que critérios?”

É precisamente *disso* que estou falando.

Repare, Paulo, que se estou em busca de *um critério*, não posso estar defendendo a mera bagunça. Já estou aceitando e defendendo que haja critérios - ou seja, que haja alguma ordem, o que sempre significa algumas limitações.

Apenas aponto que é fundamental que haja um critério para os critérios, uma ordem para as ordens, um limite *claro e inequívoco* para o próprio impulso de limitar.

É fundamental perceber que quando digo “um critério dos critérios”, *não* estou falando de “um critério melhor que os outros” (como quem dissesse “este é o livro dos livros”), e sim de algo que se situe *fora* do conjunto dos critérios ordinários, sem competição com eles, atuando sobre todo o conjunto. Ou (usando essa forma bastante comum na linguagem intelectual de hoje, que nunca deixa de parecer pedante porém é realmente útil) um **meta-critério**.

Posso elencar mais algumas características necessárias para que um critério seja capaz de desempenhar esse papel, porém antes quero responder ao João.

te como se fossem um fato tão natural e sem alternativas como o de ninguém ser humano sem ter um cérebro.

³ Perguntas, aliás, cuja discussão deveria ser o ponto de partida de qualquer Ciência Política decente, em lugar de, como é usual, começar falando de Maquiavel - o que é tomar algumas das respostas que foram dadas historicamen-

⁴ Vários outros autores buscaram desvincular as contribuições principais de Freud desse seu lado conservador, explorando seu potencial socialmente revolucionário. O mais conhecido é provavelmente Wilhelm REICH. Ver na Bibliografia Geral, além de REICH e MARCUSE, as obras de DORIA (*Marcuse, vida e obra*) e ROBINSON (*A esquerda freudiana*).

³ Perguntas, aliás, cuja discussão deveria ser o ponto de partida de qualquer Ciência Política decente, em lugar de, como é usual, começar falando de Maquiavel - o que é tomar algumas das respostas que foram dadas historicamen-

5. Nossa liberdade de baratas e a participação inevitável

O que eu poderei dizer em resposta ao João, que me diz que se eu gosto do caos bastaria não intervir, não propor critério nenhum?

Acho que pelo menos três coisas:

A primeira é que a situação em que vivemos, em todo o mundo, está longe de ser um verdadeiro caos... num sentido em que possa significar a liberdade de cada pessoa. É de certa forma um “caos” de ordens parciais e contraditórias, e de fragmentos de ordens, e dentro de cada uma dessas ordens os indivíduos estão longe de estarem realmente livres -

... sobretudo se não falarmos meramente de liberdade de opinião e expressão, mas também no *agir* ou *fazer*.⁵ Tomemos apenas um de uma infinidade de exemplos: quem, na sociedade, consegue ter garantida uma sobrevivência decente fazendo *realmente o que quer*? Certamente bem poucos - e desses (ao contrário do que muitos ainda acreditam) quase nenhum como resultado de seu próprio esforço: nossa estrutura social simplesmente não comporta “vagas” desse tipo em número suficiente para todos os que já se esforçam por elas - quem dirá se todos resolvessem se esforçar!

⁵ Não me parece filosoficamente justificável começar admitindo que a idéia de liberdade só seja legítima no campo do pensar, e não no do agir “exterior”. Rudolf STEINER chega a isso, ou bem perto disso, em sua obra *Filosofia da Liberdade* (GA 004) - porém precisamente isso: *chega* lá, depois de dezenas de árduas páginas. Neste momento não é minha intenção concordar nem discordar das suas conclusões - nem das de nenhum outro pensador; minha tentativa é como a de quem se aventura por um determinado território sem levar mapas (resultados de aventuras de outros no passado), na esperança de perceber novos aspectos e possibilidades desse território a partir de suas próprias habilidades de observação das coisas desde as mais elementares.

A noção do que seja liberdade me parece ser tão espontânea no ser humano como a distinção entre sentir-se bem alimentado ou com fome. Sem pretender com isso restringir o campo das possíveis vivências e compreensões da liberdade, acho importante não perder de vista esse seu aspecto elementar, que uma etimologia perscrutadora ajuda a desnudar: “livre” (latim *liber*) é simplesmente “gostador”, “queredor”, o que tem *desejo* próprio (latim *libitum*, *libido* - relacionados à palavra germânica para amor: o alemão *Liebe*, o inglês *love*) - e isso menos no sentido moralmente valorizado no Ocidente de “força de vontade” (palavra ligada ao latim *voluntas*, alemão *Wille*, *wollen*) e sim no mais cru de “gostar ou não gostar”, “sentir agrado ou não sentir”. A propósito, no recente filme sobre a vida de Lutero (2004 ou 2005), menciona-se a sua observação de que em alemão “vontade” tende a soar como “autoridade impositiva”, enquanto nas línguas originais da Bíblia, inclusive quando se refere a Deus, a idéia é mais próxima da de “desejo amoroso” ou - pedindo licença de *realmente* traduzi-lo à linguagem do povo de que faço parte: “tesão”.

Voltando à palavra liberdade, tenho a impressão de que todas as vezes que se busca desqualificar esse nível mais elementar como parte legítima de seu campo de significação estamos em presença de uma tentativa de manipulação em proveito de uma ou outra instância de dominação.

É sem dúvida melancólico, mas das liberdades que chegamos a ter, quase nada é previsto ou garantido pelo sistema social total; a maior parte são aproveitamentos das ineficiências do sistema, ou do encaixe imperfeito entre suas partes ou sub-sistemas concorrentes: uma liberdade *nas frestas*, como a de ratos e baratas.⁶

Outro aspecto é que, como já disse nas mensagens anteriores, não faltam pessoas achando que o caos-liberdade é a raiz dos males que sofremos, e que esses podem ser solucionados pela imposição de uma determinada ordem na qual elas *põem fé*, seja por motivos racionais ou emocionais.

A observação e o bom-senso nos dizem que quase todas essas pessoas *têm razão em um ou em vários pontos* - mas nunca nenhuma tem razão em todos.

Tanto a lógica quanto a história evidenciam que sua imposição de ordem nunca dá e nunca dará conta de todas as questões, *ao mesmo tempo em que sufoca as outras possíveis fontes de respostas*. Independente de as intenções serem espúrias ou justas, o saldo final dessas imposições termina sendo sempre negativo.

Ou seja, nos vemos num impasse:

- não podemos aceitar que alguma pessoa ou grupo imponha o sistema em que acredita, ou seja: ceder-lhe o poder de suprimir todas as outras possibilidades de solução...
- mas também não podemos simplesmente tentar suprimir o impulso que as pessoas têm de consertar o mundo colocando alguma ordem - pois isso já seria a mesma coisa: a imposição de uma ordem para consertar o mundo!

Então eu pergunto a você: precisamos ou não de algum critério para distinguir

- o que se pode-ou-deve ordenar (ou deixar ordenar) e
- o que não se pode-ou-deve ordenar (ou deixar ordenar) ?

E aqui a expressão “deixar ordenar” nos chama atenção para um terceiro aspecto: o fato de que não existe um verdadeiro “não fazer nada”: não puxar para nenhuma direção equivale a puxar para o lado em que as coisas já estão indo. *Não tentar intervir* é compactuar com o

⁶ Muitas vezes uma liberdade é prevista pelo sistema político formal (p.ex. a Constituição) porém negada pelo sistema econômico, ou também por padrões culturais herdados; por isso falamos de “sistema social total”. Quanto aos poucos que conseguem viver fazendo realmente o que querem, são geralmente *filhos* de quem se esforçou e soube ainda capitalizar em seu patrimônio pessoal-familiar os esforços de muita gente mais. O esforço puro raras vezes chega lá, e o eticamente inquestionável talvez nunca. Mas de nenhum modo estamos dizendo que essa é “a natureza das coisas”: é a natureza *da ordem social vigente*, que é uma criação de seres humanos.

que já está acontecendo, de modo que **não intervir também é intervir.**⁷

De qualquer um dos seguintes quatro modos:

por agir

- para mudar as coisas
- para manter as coisas como estão

por não agir e, com isso, deixar que outros

- mudem as coisas como quiserem
- mantenham as coisas como estão

... *you* tem parte, queira ou não, em as coisas serem como são e - mais ainda - em se tornarem o que se tornarão. É co-autor e co-responsável.

A esta altura você, sabendo que é um dos responsáveis, também não começar a clamar desesperadamente por um critério seguro e simples para o seu (não) agir?

6. Critérios para o critério-dos-critérios

Sei que não é pouco o que estou pedindo do critério almejado... Uma proposta apressada teria toda chance de não atingir a qualidade necessária, e terminar fazendo mais mal do que bem (no mínimo por servir de argumento a quem prefira um vale-tudo cínico).

Não é nenhuma perda de tempo, portanto, refletir um pouco sobre quês qualidades poderiam capacitar nosso critério a desempenhar suas desmedidamente elevadas funções. Por isso peço a vocês a paciência de enfrentarem esta mais longa e analítica das mensagens até agora: sem ela não for lida agora, o assunto acabará pipocando mais à frente de qualquer jeito...

Sem descartar que haja outras igualmente desejáveis, quero me ater agora às qualidades ou grupos de qualidades que já identifiquei, que são as seguintes, tão coesas e solidárias entre si que vocês podem ter a impressão de que estou repetindo a mesma várias vezes - mas olhem bem e verão que são como setores diferentes da mesma esfera.

1) Transcendência

É o que foi dito no final do ponto 4: não pode ser apenas “um critério melhor que os outros”, mas ainda de tal natureza que pudesse sofrer competição desses outros; deve ser algo que por sua própria *natureza lógica* se situe *fora* do

conjunto dos critérios ordinários, sem competição com eles, atuando sobre todo o conjunto (a qualidade do “meta-” na expressão “meta-critério”).

É importante perceber que essa sobreposição de camadas de critérios *não torna o sistema mais fechado ou opressivo*: como a atuação de um critério é *negativa* (a de restrição, limitação, desbaste), um critério atuando sobre critérios é um *desafogo* - pois quando limitações crescem, diminui a liberdade, porém se crescer a limitação *das limitações*, a liberdade *umentará*.

2) Eficiência e simplicidade

Nosso critério deveria ter a capacidade de gerar grandes resultados com interferências muito pequenas na realidade - na verdade as menores possíveis -, sendo ainda descomplicado na hora da aplicação.

A principal razão para a simplicidade é que **só assim ele terá alguma chance de conquistar a adesão de pessoas em escala suficiente para se integrar à cultura geral da humanidade até o nível do cotidiano**. Um critério cuja aplicação ou implantação dependa de grandes esforços ou da participação de especialistas dificilmente alcançaria o nível de difusão necessário.

Uma outra das implicações da simplicidade será vista no próximo ponto.

3) Ideal de unicidade e abrangência (universalidade)

Poderíamos dizer também “o ideal do Um”:

- *simples* significa originalmente *feito de uma parte só* ou *interiormente uno*;
- ser *único* é ser um só exteriormente, não ser parte de um conjunto de muitos; é o estado em que “um” equivale a “tudo”;
- *abrangência* é praticamente apenas outro nome para unicidade, se esta é autêntica: se um princípio é *realmente* único, abrange tudo; se não abrange é porque é falsamente único: é parte de um conjunto de dois ou mais, no qual as outras partes ou são desconhecidas ou estão sendo escondidas.

Isso parece contraditório com o que eu disse anteriormente - que nunca haverá sistema único que dê conta de tudo - porém é preciso lembrar que aqui não estamos falando de um critério entre os outros e sim de um meta-critério (ver acima a qualidade da transcendência).

Tudo mais é complexo (internamente múltiplo), tudo mais é numericamente múltiplo... Se houver um único princípio simples e único, ele será diferente de tudo mais, e será de outra ordem (transcendente) *já por isso*. Se houvesse dois, esses seriam apenas mais dois dentro da multiplicidade geral; não transcenderiam - e assim não cumpriram seu papel.

⁷ Estamos aqui em presença de uma *coincidentia oppositorum* (coincidência dos opostos), expressão do nosso “herói intelectual” Nicolau de Cusa (1400-1464). Numa seqüência de raciocínio, isso quase sempre é sinal de que se acaba de ultrapassar uma determinada camada de aparências (que não por serem aparências deixam de constituir uma realidade, tanto que uma palavra de origem grega para tais “aparências” é “fenômenos”) e penetrar em um nível mais elementar ou essencial das coisas. - Apesar de nosso entusiasmo e afinidade, ainda não tivemos a oportunidade de trabalhar diretamente com os textos de Nicolau de Cusa (Nikolaus von Kues, Nicolaus Cusanus), disponíveis hoje em edição bilíngüe latim-alemão. Nosso contato foi sobretudo via KOYRÉ (1979), STEINER (GA 007) e YOCKEY (1993).

Um dos objetivos da simplicidade é portanto afastar tanto quanto possível a possibilidade de divergências de interpretação, as quais obrigariam a recorrer a algum princípio fora do próprio critério - seja uma teoria, seja o arbítrio de pessoas -, uma possibilidade que idealmente nem deveria existir: nosso meta-critério deveria ser o critério simples e único de *todos* os critérios.

Porém ainda é fundamental entender que estas qualidades (unicidade, simplicidade, abrangência) precisam comparecer como *ideal*, ou seja: como *horizonte a buscar*: nossas formulações serão tanto melhores quanto mais se *aproximarem* da unicidade e simplicidade.

Como em todos os demais campos, as contingências da realidade e as próprias limitações da linguagem humana impedem que qualquer coisa *expressa* ou *manifesta* seja precisamente a ideal (ou, nos termos da filosofia chinesa, “o tao”): será sempre uma tentativa, uma aproximação. Este reconhecimento é por um lado uma forma de realismo prático, por outro lado mais uma caracterização da transcendência do princípio que buscamos.⁸

Este aspecto faz com que na prática talvez tenhamos que nos contentar com um *pequeno número* de normas em que ainda se possa perceber que são expressão de um só princípio - fazendo sempre o esforço de que seu número seja o menor possível.

Por isso eu poderia também falar de “minimidade”, em lugar de “unicidade” - porém para designar um *ideal* esta última palavra é melhor: vai até o limite (e é mais abrangente e mais simples...) E a idéia de “mínimo” ainda estará presente na caracterização do método e atitude de trabalho que proponho como “minimalistas”, como vocês verão mais à frente.

4) Naturalidade e auto-evidência.

Tanto quanto possível, nosso critério não deveria ser inventado e imposto à realidade por convenção, mas deve ser a aplicação de algum princípio já implícito inevitavelmente na natureza das coisas - ou seja: com o caráter de um *teorema*.

Teoremas (p.ex. o fato de não haver círculo cuja circunferência dividida pelo diâmetro não resulte sempre no mesmo número, o conhecido por *pi*) não são inventados e sim *descobertos*: precisamos apenas nos dar conta de que existem, e aí passamos a investigar as suas propriedades e possíveis aplicações. Sua verdade é totalmente independente de opiniões e de con-

dicionantes culturais (ainda que o modo de expressá-los - linguagem - não o seja).

Sei que às vezes parece inverossímil que tais propriedades da realidade, de tamanha elegância e simetria, não sejam invenção humana. Por exemplo, acho absolutamente espantoso que três agrupamentos de quatro contêmham o mesmo número de unidades que quatro agrupamentos de três ($3 \times 4 = 4 \times 3$)!

Repito: as linguagens em que o expressamos são produtos culturais - por exemplo: dizer essa mesma coisa com as conhecidas palavras “a ordem dos fatores não altera o produto”, ou o uso do sinal “x” para “vezes” - porém o fato em si *não* é: ninguém o propôs, ninguém decidiu que seja assim, simplesmente é - e não há ninguém a quem possamos acusar de autoritário por ser assim... Podemos ainda tentar demonstrar de diferentes modos por que é que $3 \times 4 = 4 \times 3$, ou até termos *opiniões divergentes sobre se o fato é importante ou não*, mas seria ridículo tentar dizer que não é verdade ou que (por exemplo) trata-se de uma crença imposta por uma classe social.

Para nós o interesse disso é a possibilidade de ancorar-se em alguma coisa que esteja natural e inevitavelmente (ou seja: não autoritariamente ou por imposição) além da possibilidade de disputas de opinião.

A significação desta última qualidade só se evidencia por inteiro mediante um contraste que pode parecer chocante: a constatação de que a afirmação fundamental da Declaração Universal dos Direitos Humanos (“todos os seres humanos são livres e iguais em direitos etc...”) é absolutamente arbitrária.

Não estou dizendo que não seja boa: é excelente, porém é integralmente uma escolha, uma opção humana. Carece da qualidade de naturalidade e auto-evidência de que estou falando. Talvez por isso, apesar de ser uma opção da mais alta nobreza ética, não tenha alcançado até hoje a força e a universalidade desejadas: por não se haver buscado uma fundamentação lógica que encontre uma continuidade entre o mundo da cultura humana e o que lhe vem antes: a natureza das coisas em geral.

Entre outras conseqüências, se a dignidade humana só puder ser afirmada mediante a instituição de uma ordem exclusivamente humana totalmente à parte do resto do universo - ou seja, por uma ruptura ou desligamento da humanidade frente ao resto -, não é de estranhar que seja olhada com suspeita tanto pelos ecologistas quanto pelas religiões, que, pelo menos em tese, tratam das re-ligações universais.

Edgar MORIN parece ter percebido isso, pois no seu recente *O Método 6 - Ética* inclui um capítulo (“Retorno às fontes cósmicas”) onde busca encontrar uma tal fundamentação cosmo-

⁸ Sei que esta distinção entre plano ideal e realidade manifesta pode provocar questionamentos - porém sua discussão precisa ser deixada para outra ocasião, senão nem deixará lugar para o assunto principal! De qualquer modo, nosso “idealismo” aqui não é necessariamente maior do que o de qualquer engenheiro que usa o “tende a”, ou seja: a idéia de limite em seu sentido matemático.

lógica para a ética humana. No meu ver sua tentativa chegou perto, mas ainda deixou a desejar - mas é só mais à frente que vou poder explicar o que acho que faltou.⁹

Para algumas formulações experimentais do princípio proposto, publicadas posteriormente, ver *Liberdade Socialmente Sustentável e/ou Minuta para um Estatuto Fundamental da Humanidade* em www.tropis.org/biblioteca

Temos intenção mas não previsão de publicar um trabalho tão abrangente e detalhado quanto possível sobre este tema (Filosofia do Convívio)

COPYLEFT: este texto pode ser reproduzido em parte ou em todo, desde que:

- (1) mencionado clara e corretamente o título e nome do autor
- (2) mencionada a fonte e modo de acesso (link)
- (3) sem alteração de nenhuma palavra, a menos que com indicação clara da alteração, e identificação do responsável pela alteração

⁹ Exponho detalhadamente minha divergência com Morin neste ponto no capítulo 3.5 do artigo *O fantasma de Aristóteles*, presente no volume *Pedagogia do Convívio: na invenção de um viver humano* e disponível igualmente em www.tropis.org/biblioteca. Esta afirmação não significa fazer pouco do trabalho de Edgar Morin, que, pelo menos entre os autores que eu conheço, é sem dúvida quem mais avançou na direção em que aposto como prioritária para a humanidade hoje. Muitas vezes a identidade do realizado por Morin e o que eu vinha tentando é tão grande que, uma vez lidas suas palavras, fica difícil distinguir a parte que eu havia construído por mim mesmo do que foi acrescentado pela leitura de Morin. Isso talvez se deva justamente a seu trabalho consistir menos de propostas pessoais que da busca, descoberta e explicitação dos teoremas naturais de que estou falando.